

PESQUISA ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM PORTO ALEGRE, RS: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar*

Iara Conceição Bitencourt Neves, CRB-10/351**

RESUMO: A atuação da biblioteca escolar, ao longo de sua trajetória, não tem concorrido para modificar atitudes e procedimentos de professores, em relação ao planejamento didático e à execução da pesquisa bibliográfica por eles mesmos e/ou pelos seus alunos, a qual é dotada, no ensino fundamental, como atividade decorrente do processo de ensino e de aprendizagem, em sala de aula, assumindo, desta forma características de tarefa escolar, desvinculada, muitas vezes, do processo de pesquisa científica, propriamente dito, e/ou de um procedimento pedagógico com ele relacionado. Os dados obtidos junto a professores, alunos das classes de Quarta série e ao pessoal que atua em bibliotecas escolares em Porto Alegre, RS, evidenciam que um dos principais entraves à efetivação de um procedimento de pesquisa bibliográfica coerente com o nível de maturidade dos alunos é a inexistência da implementação, por parte da biblioteca escolar, de um programa de educação de usuário, quer para o professor, quer para o aluno.

PALAVRAS CHAVE: Biblioteca Escolar; Ensino Fundamental; Pesquisa Escolar.

ABSTRACT: The role of the school library and its historic background has not effectively contributed so far to dramatic changes in teacher's and students attitudes and classroom procedures concerning classroom design and bibliographic research which has been currently adopted in the elementary and middle schools in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, as effective component of teaching and learning processes and although assigned as school task, it has been mostly dealt with separately from research processes per se or from any pedagogic activity connected to them, namely. The data collected from teachers, 4th gradiers and school librarians from schools in Porto Alegre, RS, has been the lack of a training program on formal instruction for school library users, adequately designed to fulfill both teachers and students needs at the grade level.

KEY WORDS: School Libraries; Elementary School; Bibliographic Research.

* Extrato da Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências, Área de Concentração: Ciência da Informação e Documentação da Universidade de São Paulo.

** Professora Assistente do Departamento de Ciências da Informação da FABICO/UFRGS. Doutora em Ciências da Informação e Documentação pela USP.

1 INTRODUÇÃO

A busca, o uso e a troca de informações constituem-se em processo que faz parte do ciclo vital das pessoas. Integram o processo de auto construção do conhecimento, bem como regulam as relações sociais. Em decorrência, fazem parte do processo de ensino e de aprendizagem em todos os níveis.

A questão da informação, no ensino fundamental, pode ser abordada, em linhas gerais, sob dois aspectos. O primeiro, está relacionado com os usuários, ou seja, quem usa a informação. Estes se identificam, principalmente, como professor e aluno.

O segundo aspecto relaciona-se com a finalidade do uso da informação, isto é, para quê professor e aluno usam a informação. Esta pode estar caracterizada, principalmente, como metainformação, isto é, o uso da informação para compreender outras (novas) informações. Ou, para constituir-se em conteúdo programático ou curricular, em recurso ou estratégia de ensino. Ou, também como elemento de um determinado discurso que poderá ser transformado em conhecimento, recreação ou lazer.

Em relação ao professor, o uso da informação está associado ao seu fazer pedagógico, aos recursos de ensino e de aprendizagem que emprega e às atividades deles decorrentes. Quanto aos alunos, poderá estar associado às suas habilidades, aptidões e ações, evidenciadas na realização de tarefas que lhes são propostas, principalmente, aquelas de caráter intelectual.

Por isso, sob o ponto de vista pedagógico, a busca, o uso e a troca de informações se constituem na base do processo de ensino e de aprendizagem. Ao mesmo tempo, estes atos podem ser entendidos como habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos, no decorrer deste processo. Isto significa que o aluno não traz desenvolvidas estas habilidades, ao ingressar na escola infantil ou fundamental. E, se tais habilidades são imprescindíveis para o sucesso da aprendizagem, deverão, o professor em particular e a escola em geral incluindo-se nesta, a biblioteca escolar (BE), oferecer ao aluno situações de ensino e condições de desempenho para que ele as desenvolva, a fim de promover a auto-construção do conhecimento.

Dentre os diferentes procedimentos adotados pelo professor, para oferecer ao aluno situações de ensino e condições de desempenho, direcionadas para a auto-construção do conhecimento, o acesso e uso de informações, através da BE, se configuram como a estratégia

mais usual. Esta é identificada genericamente pela comunidade escolar como *pesquisa*. Porém, biblioteconômicamente, tal prática pode ser denominada de pesquisa bibliográfica.

O processo acima encontra-se presente, de modo geral, em todos os sistemas de ensino do País. E, desta forma, encontra-se também no sistema de ensino fundamental de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Este sistema integra as redes de escolas públicas, municipal e estadual, bem como a rede privada. Neste contexto, inclui-se a BE que, ao lado da sala de aula e dos laboratórios de ensino constituem-se em espaços onde o processo de ensino e de aprendizagem se realiza efetivamente.

Embora regidas pelo mesmo conjunto de dispositivos legais que regulam a educação escolar brasileira e que buscam estabelecer uma certa uniformidade de políticas e de procedimentos, cada uma destas redes apresenta características diferenciadas. Estas, em geral, estão associadas à estrutura organizacional e ao projeto político-pedagógico que orienta o processo de ensino-aprendizagem por elas implementado.

Em relação à rede pública estadual, pode-se dizer que é a maior, no Estado. Inclui escolas fundamentais e médias, instaladas na Capital e em todos os municípios do interior do estado, perfazendo um total aproximado de 3102 (três mil, cento e duas unidades) (RIO GRANDE DO SUL, 1999).

A Capital do Estado possui um total de 245 (duzentos e quarenta e cinco) escolas. Estas escolas, por sua vez, dividem-se em: escolas que atendem até a quarta série (séries iniciais); escolas que atendem todas as séries do ensino fundamental; escolas que ministram o ensino fundamental e o ensino médio e escolas que ministram apenas o ensino médio.

Cabe à Secretaria de Estado da Educação administrar, supervisionar, orientar o processo de ensino e de aprendizagem destas escolas, de acordo com a proposta pedagógica estabelecida pelo governo estadual. No momento da realização desta pesquisa (1997-2000), as teorias construtivista e humanista orientam a condução do processo educacional, no Estado.

A rede pública municipal é mantida pelo governo da Capital e tem abrangência apenas no município de Porto Alegre. Suas escolas estão instaladas, principalmente, em bairros afastados do centro da cidade e em áreas suburbanas. Compõem-se de escolas infantis, escolas fundamentais que atendem as séries iniciais, escolas que atendem

todas as séries do ensino fundamental e escolas apenas que ministram o ensino médio. O maior número de escolas concentra-se na escola fundamental.

Da mesma forma que a rede estadual, a estrutura e o funcionamento das escolas, bem como a proposta de ideário político-pedagógico emanam da Secretaria Municipal de Educação.

No momento, ambas as redes comungam dos mesmos ideais construtivistas-humanistas para a construção do que é pensado como a Escola Cidadã (GADOTTI, 1995b).

A rede de escolas privadas da Capital não possui um órgão centralizador que lhes oriente, em termos de estrutura, de funcionamento ou de projeto político-pedagógico. Até porque são elas de diferentes origens. Uma são mantidas por congregações de diferentes credos religiosos. Outras pertencem a entidades leigas. Apesar desta heterogeneidade, há um órgão que reúne grande parte delas e que estabelece, de uma certa forma, a política de custos e preços, as relações trabalhistas entre dirigentes, professores e outras categorias profissionais e funcionais que nelas exercem suas atividades. Este órgão é o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares. Atualmente, a rede privada compõem-se de 85 unidades que oferecem o ensino infantil, fundamental e/ou médio.

O Quadro a seguir, apresenta os dados estimados, obtidos junto às coordenações das bibliotecas escolares, das secretarias Municipal e Estadual de Educação (esta última também controla as informações da rede privada) acerca da população escolar de Porto Alegre (RIO GRANDE DO SUL, 1999).

QUADRO - Aspectos Quantitativos das Redes de Ensino Fundamental e Médio de Porto Alegre, RS – 1997-1998

SISTEMA DE ENSINO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS	BIBLIOTECAS ESCOLARES	EQUIPE	
					Bibliotecários	Outros
Estadual	245	24 500	240 000	245	40	490
Municipal	45	3 000	45 000	45	6	135
Particular	85	8 000	150 000	85	90	340
Total	375	35 500	435 000	375	136	965

Em relação á presença da BE nas redes acima, pode ser observado que, de modo geral, todas as escolas possuem tal serviço. Enfatiza-se a expressão *de modo geral*, porque a simples existência de uma sala onde estejam armazenados os materiais de informação não é condição suficiente para que este conjunto seja considerado uma BE. E tal situação foi detectada em todas as redes em questão.

No que se refere à rede estadual, a estrutura do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares, coordenado pelo Centro do Livro e Bibliotecas Escolares, subordinado ao Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação (RIO GRANDE DO SUL, 1998) contempla bibliotecas escolares-polos e bibliotecas associadas a estas, de acordo com a proximidade geográfica. As bibliotecas-polo estão instaladas em escolas de ensino médio e o bibliotecário que nela atua deve prestar orientação às bibliotecas dinamizadas por não-profissionais.

As bibliotecas escolares da rede municipal são coordenadas pela biblioteca técnica da Secretaria Municipal de Educação, não se constituído, propriamente, em sistema e são dinamizadas, em sua maioria, por professores.

O quadro acima referido evidencia a defasagem de pessoal nas bibliotecas escolares, principalmente no que se refere aos bibliotecários. Mesmo sendo dados estimados pode-se perceber a desproporção existente entre bibliotecários e a população de alunos e professores.

Assim, a rede privada apresenta as melhores relações entre o pessoal da BE e alunos e professores, embora ainda esteja afastada dos padrões internacionais, propostos para tal.

Em relação ao pessoal não-profissional, deve ser considerado como um fator dificultante à sua permanência na BE, o fato de a maioria se constituir de professores. Com isto, de acordo com visão dos dirigentes escolares, a qualquer momento o seu desvio de função é motivo para a rotatividade deste pessoal. Acrescente-se a este, a questão da capacitação para o exercício das funções auxiliares em Biblioteconomia destes professores. Em nenhuma das redes, mesmo as que possuem uma coordenação de bibliotecas escolares, existe um programa regular de capacitação profissional e não-profissional para o pessoal que nelas atua. Por extensão, inexistente também qualquer programa voltado à educação de alunos e/ou de professores para o acesso e uso da informação.

Desta forma, o contexto em que é praticada a pesquisa bibliográfica pelos alunos do ensino fundamental pode ser caracterizado como um sistema de ensino que tem representatividade numérica, em

termos de escolas e bibliotecas escolares; esta representatividade também se expande para a população de professores e alunos; a desproporcionalidade entre o pessoal que atua nas bibliotecas escolares e a população escolar evidencia um descompasso entre o que deveria ser realizado e o que efetivamente está sendo oferecido, em termos de recursos e serviços de informação para o ensino e a aprendizagem.

O problema que se constituiu em objeto deste estudo foi a prática atual, no sistema de ensino fundamental público (estadual e municipal) e privado, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, da leitura informativa e formativa e da escrita que são praticadas pelos alunos de quarta série, através do exercício da atividade nomeada, indistintamente, de *pesquisa*.

Esta atividade que é assim denominada por professores, alunos e o pessoal da biblioteca, vem sendo realizada deste 1972, sem aparentes alterações conceituais, metodológicas ou operacionais pelos atores envolvidos, mencionados acima.

A razão para a escolha das turmas de quarta série como sujeitos desta investigação, deveu-se ao fato de que é neste período da vida escolar que o aluno passa a ter maior freqüência de solicitação de pesquisa bibliográfica, por parte do professor regente de classe. E, por conseguinte, ir à biblioteca com a finalidade de *pesquisar* passa a ser uma atividade regular em sua vida de estudante.

Até então, os alunos dirigem-se à biblioteca com incumbência dada pelo professor de *pesquisar* algo ou alguém com finalidades que se enquadram entre o lúdico e o informativo-factual.

É, basicamente, a partir da quarta série, segundo os dirigentes escolares, professores regentes de classe, bibliotecários e pessoal que atua na BE que se iniciam as solicitações formais do professor para os alunos, no sentido de encaminhá-las à biblioteca (escolar, pública ou outra) em busca de informações, para atender objetivos específicos do seu plano de ensino.

Considerando, por um lado, o desenvolvimento cognitivo e afetivo da maioria das crianças que cursam esta classe, e, por outro, o grau de entendimento e de prática desses alunos em relação à pesquisa bibliográfica, entendeu-se de suma importância identificar e analisar os fatores que estejam influenciando no desempenho de todos os envolvidos neste processo: alunos, professores e bibliotecários.

E, estando a pesquisa bibliográfica, na escola fundamental, associada ao processo de ensino e de aprendizagem, também foram consideradas para fins desta investigação, suas relações com o projeto

político-pedagógico da escola e com os aspectos referentes à metodologia da pesquisa científica e, no âmbito desta, as etapas específicas da pesquisa bibliográfica.

Finalmente, fez parte do problema em estudo, a relação entre a prática de professores e bibliotecários e as concepções de ensino e de aprendizagem que embasam a sua ação e a atuação da BE, no que se refere ao acesso e uso de fontes de informação.

Em síntese, como decorrência da situação evidenciada através da própria literatura e dos relatos de experiências de professores e bibliotecários atuantes nesta área, buscou-se realizar uma investigação direcionada para a identificação e a compreensão do modo como está sendo tratada, em sala de aula, a questão da pesquisa bibliográfica; de como os alunos a praticam; qual a atuação da biblioteca escolar nesse processo e que significados e resultados desta prática estão sendo atribuídos e obtidos ao/no contexto educacional e social. Tais relações, por sua vez, foram analisadas à luz de seus condicionantes ambientais e culturais. Dentre os primeiros, foram destacados a rede escolar à qual a escola está inserida, esta última constituída em espaço específico onde ocorrem as ações que se constituíram no objeto empírico da pesquisa. Dentre os últimos, foram considerados a trajetória do ensino e da biblioteca escolar brasileira, o preparo do professor e do bibliotecário para a busca de informações e para o uso da biblioteca e, ainda, a influência das novas tecnologias de comunicação e de informação, no ensino e na aprendizagem.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR COMO CENÁRIO PRINCIPAL DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Diversas metáforas tem sido usadas para situar a biblioteca na sociedade.

Dentre elas, podem ser destacadas algumas, tais como:

- a) um grande livro aberto para a comunidade;
- b) espaço de informação e convivência;
- c) canal, recurso e/ou meio de informação;
- d) templo do saber;
- e) guardião do conhecimento.

Cada uma destas afirmativas enfatizam, implicitamente, uma determinada função, um determinado recurso ou serviço da biblioteca. Por exemplo, a primeira metáfora se refere ao principal recurso de informação do seu acervo, isto é, o livro. Já a segunda, ao processo

de comunicação dinâmico que ela deve favorecer. A terceira, refere-se ao seu papel de mediadora do processo de transferência de informação entre o emissor (geralmente identificado com o autor) e um receptor (usuário), segundo a concepção de processo de comunicação de Shannon; Weaver (1972). Enquanto que a quarta, evoca a sacralização do processo de produção e transferência do conhecimento e a quinta, destaca sua missão de preservar as fontes documentais dos saberes da Humanidade.

De acordo com a época e os espaços onde a biblioteca esteja instalada, incluindo-se nestes a escola, essas concepções têm contribuído para orientar a atuação dos agentes de informação e, desta forma, têm influenciado na construção e projeção da imagem da biblioteca perante a sociedade, influenciando também, em última análise, no comportamento do indivíduo que utiliza seus recursos e serviços.

O modo como a biblioteca escolar foi acima caracterizada, reflete a evolução que, pelo menos teórica e literariamente ela vem evidenciando, em termos de recursos e serviços. E, particularmente, em relação ao conceito, aos objetivos e às funções que a ela se relacionam e que constituem os fundamentos de sua prática e *práxis*.

Em relação ao conceito de biblioteca escolar, autores que escreveram nas décadas de 60 e 70, tais como AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOLS LIBRARIANS (1963), Davies (1974, 1979), Ferreira (1978), Litton (1974), Cerdeira (1975) ressaltam a idéia de que a biblioteca é um órgão, estrutura de apoio ou ainda uma instituição auxiliar das atividades/ações pedagógicas desenvolvidas por professores e alunos.

No período entre 80 e 90, percebe-se que houve mudança no modo de pensar sobre a biblioteca escolar, evidenciada pelas posições de autores como Morales Campos (1996), Herring (1988), Milanesi (1986) e Silva (1993), dentre outros.

Ela passa a ser conceituada como serviço de informação educativa, para uns, como centro de multimeios para outros, ou então como o órgão embaixador de todas as atividades desenvolvidas na Escola. Sob esses pontos de vista, crescem e se intensificam as funções da biblioteca escolar junto ao seu público. E, em decorrência, sua atuação passa a ser vista por eles como pró-ativa. Neste sentido, a BE deverá se antecipar às demandas, buscando a interação entre todos e com todos os segmentos da comunidade escolar e, particularmente, com os professores.

A explicitação dos objetivos e funções da biblioteca escolar, na literatura pesquisada, também é extensa e variada, em relação ao

significado e abrangência de ambos os termos. Pode ser destacado que a comparação levou, em alguns casos, à verificação de que não há uma delimitação muito clara entre objetivos e funções. Isto pode ser atribuído ao fato de que alguns autores identificaram como objetivos aquilo que outros denominaram funções.

Da mesma forma que o conceito, a explicitação do que sejam objetivos e funções para a BE também sofreu alterações. E, talvez, o que seja mais importante, os estudos histórico-críticos que, segundo Silva (1999) surgem na década de 80 com Milanesi (1986a, 1986b, 1994) passam a oferecer um quadro realista da situação e da função da BE brasileira no cenário educacional e do verdadeiro papel que a ela cabe desempenhar. Este autor pode ser considerado um dos primeiros que analisa a atividade de *pesquisa* que é realizada na escola básica brasileira e que denuncia as suas mazelas.

Outros estudos, tais como Silva (1993) e Silva (1999) vêm contribuindo para a tomada de consciência por parte de bibliotecários e professores, acerca da realidade de seus estados e cidades. E a produção intelectual e de pesquisa sobre a biblioteca escolar vem crescendo, embora a questão da pesquisa bibliográfica ainda se constitua num problema sem alternativas apontadas objetivamente.

A síntese do que é esperado da BE, no atual momento e para um futuro próximo, à luz de um consenso dos países desenvolvidos, encontra-se explicitada no Esboço de Manifesto para a Biblioteca Escolar e Centro de Pesquisa, ratificado pela Unesco (1998) no qual são estabelecidos a missão e os objetivos para a BE, tomando como base filosofias da educação de cunho construtivista e humanista.

3 SUPORTE TEÓRICO DA AÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A atuação da BE carece de uma teoria mais consistente a cerca de sua prática ou práxis sob o ponto de vista de Gadotti (1995b). Segundo o autor, toda a ação que visa a transformação do indivíduo e da sociedade pode ser considerada práxis pois, contem em seu bojo os elementos que caracterizam o conflito ou a tensão imanente da teoria confrontada com a realidade na qual esta mesma ação vai acontecer para transformá-la. Considerando a função primordial da BE que a de embasar todas ações, realizadas no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem, pode-se compreender que a sua atuação possa ser identificada como práxis.

Segundo Moreira (1999), uma teoria consiste na interpretação pessoal de uma dada realidade ou sobre determinado fenômeno ou área do conhecimento. Busca a sistematização desta realidade, fenômeno ou área do conhecimento, a explicação do quê, do porquê e do como ocorrem os fatos, tendo em vista a previsão de aspectos específicos e a solução de problemas decorrentes.

Desta forma, qualquer tentativa a ser feita para conceituar ou embasar teórica e/ou metodologicamente a ação biblioteconômica em suas múltiplas formas de apresentação ou em seus espaços de execução, deverá, no mínimo, recorrer às áreas afins da Comunicação e da Pedagogia também, nas quais ela se insere e de onde derivam muitas teorias que buscam explicar fenômenos sociais que, de um modo geral, também lhe afetam ou são por ela afetados.

Assim, o exercício de reflexão em torno dos aspectos teórico-metodológicos da atuação da BE, no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul, também deverá se valer do conjunto de idéias de autores estrangeiros, em sua maioria, que permitam correlacionar a realidade sobre a qual teorizam com o universo da BE.

Desta forma, buscou-se estudar alguns autores cujas idéias pudessem orientar o raciocínio sobre três aspectos importantes para o estabelecimento ou a identificação do perfil da BE que é desejado para a escola fundamental, no caso, brasileira e, por extensão, gaúcha:

- a) a natureza da ação da BE: em que campo se insere: biblioteconômico, pedagógico, comunicacional? Em um, em todos?;
- b) as características desta ação em relação ao processo ensino-aprendizagem: em que tipo se enquadra? Embasadora, mediadora, acessória ou auxiliar?;
- c) o significado, a representação ou a imagem da BE para os usuários-professores: laboratório de ensino, recurso didático, serviço de informação e documentação, repositório ou depósito de livros ou de outros materiais e equipamentos didáticos?

Algumas respostas foram buscadas junto a Habermas (1987), através de sua Teoria da Ação Comunicativa. O que o autor estabelece, em termos de conceitos e processos da ação comunicativa, sob muitos aspectos, pode ser pensado em relação à posição e à atuação da BE. Por exemplo, quando o filósofo explicita o que é ação comunicativa, esclarece que é o ato humano voltado ao entendimento entre as pessoas e destaca a relação inter-pessoal, a negociação que se estabelece entre os sujeitos e a interpretação de cada um dos

dados e/ou informações que permitirão chegar ao consenso e coordenar, assim, as ações subseqüentes.

Comparando esta idéia com a ação da BE, no momento em que seu pessoal recebe um ou mais usuários, pode-se entender que a ação comunicativa passa a acontecer. E, também, os processos de relacionamento inter-pessoal, de negociação e de interpretação passam a ocorrer simultaneamente entre usuário(s) e o pessoal que os atende, entre os próprios usuários e entre os integrantes da equipe da BE.

Esta situação ocorre em todos os momentos e em quaisquer espaços ou serviços da BE, mas se evidencia com maior intensidade, quando são realizadas, por parte do usuário, ações de pesquisa bibliográfica. Neste caso, a interação entre usuário e bibliotecário se faz necessária, a fim de que o processo de tomada de decisão relativo à seleção de fontes possa ser realizado com sucesso.

Em relação à ação estratégica, Habermas (1987) a define como sendo aquela em que os envolvidos agem em busca do sucesso, coordenando-se através da linguagem, em direção a seus objetivos pessoais, junto ao mundo natural ou o mundo social, influenciando, desta forma, uns sobre as ações de outros. Assim, segundo o autor, em certa medida, a cooperação é alcançada entre eles, porque o resultado das ações empreendidas depende, não somente do próprio indivíduo mas, também, da ação de outros envolvidos.

Olhando a BE sob este aspecto, entende-se que esta teoria pode explicar porque o sucesso da sua ação biblioteconômica depende do sucesso da ação de seus usuários e vice-versa, no que respeita ao acesso e uso das informações nela estocadas.

Particularmente, no caso da pesquisa bibliográfica, este conceito de ação estratégica se aplica adequadamente. Pois, se os usuários em busca de informações encontrarem-na junto ao acervo da BE, irão conseguir realizar seus objetivos, alcançando dessa forma o êxito esperado junto ao(s) professor(es) que a solicitou(aram). Neste sentido, a cooperação da BE aos seus propósitos foi positiva. Da mesma forma, para a BE também esta cooperação foi motivo de êxito, pois, ao atender o(s) usuário(s) e oferecer-lhe(s) as fontes de consulta de que necessitava(m), alcançou seus próprios objetivos e os do ensino, propiciando condições para que o processo de aprendizagem ocorresse com sucesso.

Os elementos presentes na ação dramática voltada, segundo o autor acima, para a expressão dos estados subjetivos dos sujeitos, afetam principalmente o aspecto afetivo das relações e da comunicação inter-pessoais, porque permitem que ocorram os processos de

entendimento, de integração e de socialização entre os sujeitos envolvidos os quais "(...) desenvolvem, confirmam e renovam tanto sua identidade como sua pertença a certos grupos sociais (...)" (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 198). Isto é possível porque estão presentes, nestes processos, segundo o autor, três tipos de ações que equivalem a três tipos de momentos ou estágios de desenvolvimento:

- d) a interação, regulada por normas que representa o contexto ou o espaço onde a ação comunicativa ocorre;
- e) a conversação, da qual se derivam a conversa, o diálogo ou a comunicação, propriamente dita; e, para que esta possa ocorrer, é necessária a existência de um consenso;
- f) a discussão, por meio da qual as pessoas buscam estabelecer um novo consenso sobre o mundo e/ou seu modo de vida, através do que o autor denominou de *práxis argumentativa*, ou seja, aquele espaço e aquele momento simbólicos em que são apresentadas justificativas entre os interlocutores, as quais lhes permitirão revisar ou manter o consenso já existente.

Sob este aspecto, também podem ser estabelecidas comparações com a BE. Como espaço de interlocução, de comunicação de idéias entre usuários e entre estes e o seu pessoal, a ação dramatúrgica também poderá ocorrer em todos os seus desdobramentos. Particularmente, no momento da realização da pesquisa bibliográfica, tais situações apresentam maiores probabilidades de ocorrência pois, de um modo geral, esta é uma atividade em que, usualmente, os alunos costumam realizá-la em grupos.

Estão presentes, assim, na BE, todos os elementos que, dinamizados, permitem que aconteça a ação dramatúrgica: as instalações físicas; os recursos e os serviços, como aquele espaço que é regulado por normas, assim como a escola como um todo; a conversação, que ocorre em todos os momentos entre usuário e a equipe da BE; a discussão, que se instaura entre os grupos que pesquisam, no sentido de favorecer a reflexão, a assimilação e a reelaboração do conjunto das informações que estão sendo trabalhadas e/ou consultadas.

Muitos outros aspectos da Teoria da Ação Comunicativa poderiam ser descritos e comparados com a forma de atuação da BE. Entretanto, buscou-se salientar aqueles que mais ampla e diretamente embasam a ação da BE, no processo de pesquisa bibliográfica.

Esta ação também pode ser pensada à luz do que é considerado por Rodrigues (1990), como teoria da ação comunicacional que guarda relação com a teoria desenvolvida por Habermas (1987).

Em relação à área da Educação, a busca de obras sobre teorias de ensino e de aprendizagem educacionais, revelou uma ampla variedade de autores e de teorias, alguns dos quais já citados anteriormente. Entretanto, não foram encontradas manifestações explícitas em que, para os teóricos educacionais, a biblioteca escolar faça parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem.

Esta realidade foi pesquisada por Silva (1999), que buscou em obras de Didática, recomendadas como bibliografia dos cursos de Pedagogia do Estado do Rio de Janeiro, referências sobre a utilização da BE no processo de ensino e de aprendizagem.

As conclusões do autor, em decorrência dos dados obtidos, é que, de forma explícita, as obras pesquisadas não se manifestam acerca da atuação da BE no ensino e na aprendizagem. Apesar desta omissão, o autor entende que há alguns caminhos que poderão ser viabilizados, no sentido de tornar presente e imprescindível a BE no processo de ensino e de aprendizagem. Estes caminhos podem ser configurados como: laboratório de idéias, serviço de informação, recurso didático, espaço lúdico-recreativo e espaço pedagógico onde são desencadeados processos de ensino e de aprendizagem.

4 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO ENSINO BRASILEIRO

A viagem pela história do ensino fundamental, no Brasil, tem como objetivo identificar o momento e as condições sob as quais a biblioteca escolar passa atuar na escola fundamental, bem como as prováveis causas que estarão concorrendo para configurar a situação em que se encontra, na atualidade, quanto ao desempenho de seus recursos e serviços.

Embora Fonseca (1988) afirme que as primeiras bibliotecas, instaladas no Brasil, foram as bibliotecas escolares, trazidas pelos jesuítas, a forte influência da visão católica da Vida e do Universo, não permitia a dúvida e o questionamento acerca das verdades ensinadas e tampouco, a curiosidade que leva o indivíduo à busca, à descoberta daquilo que ele não sabe ou não conhece. E que poderá encontrar, na biblioteca, dentre outros, o espaço e os recursos ideais para a sua sociedade (AZEVEDO,1964; NISKIER, 1996).

Desta forma, ao longo deste período, o processo de ensino e de aprendizagem tem se baseado na transmissão oral de informações, estruturadas no que se convencionou denominar currículo. E este, em

disciplinas ou áreas de conhecimento que, por sua vez, se desdobram em conteúdos programáticos cujas informações são transmitidas pelo professor e recebidas, aceitas e apreendidas pelos alunos sem reflexão ou discussão. Estas informações, por extensão, encontram-se presentes no livro-texto, fonte de informações básicas e, quase sempre únicas que os alunos dispõem para consulta e/ou estudo.

Assim, durante quatro séculos, o sistema de ensino brasileiro vem adotando para todos os níveis, a sistemática da aula magistral onde a palavra do professor é verdade inquestionável (*Magister dixit*). O livro-texto é a fonte oficial de consulta do aluno, que o utiliza como meio de fixar e revisar mas não ampliar, os conhecimentos recebidos em sala de aula. A memorização é o processo mental mais exigido do aluno para o alcance dos objetivos de ensino.

Esta situação retrata uma concepção de ensino centralizada na ação discursiva do professor cuja função é transmitir informações e/ou conhecimentos, direcionados para a aceitação passiva pelo aluno, de valores homogêneos com a finalidade de sujeitá-los à condição de reprodutores da cultura hegemônica das elites (GADOTTI, 1995b).

O quadro acima descrito, vivido na escola pública e na escola privada, permaneceu quase inalterado até meados década de 1920, quando educadores e intelectuais de vários estados brasileiros, dentre os quais, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, iniciaram um movimento de renovação do ensino que ficou conhecido como Escola Nova.

Postulando uma teoria de ensino e de aprendizagem que valorizava a participação ativa do aluno, neste processo, o movimento escola-novista como é citado na literatura da Área, abriu, talvez, pela primeira vez, no campo teórico, um espaço para a discussão sobre a importância e a necessidade da biblioteca escolar no ensino brasileiro. Segundo Lourenço Filho (1944), líder deste movimento, a presença ativa da biblioteca, na escola, beneficiaria professores e alunos que teriam, desta forma, a possibilidade de estabelecer comparações, promover discussões, formular/comprovar hipóteses e conclusões, abrir, enfim, novas dimensões às propostas de ensino e de estudo contidas no currículo escolar.

Embora esta visão inovadora do ensino e da aprendizagem, bem como da biblioteca escolar, estivesse coerente com os propósitos do movimento, na prática, ou seja, na realidade da vida escolar, a aplicação dos princípios da Escola Nova no ensino não conseguiu se estender à dinâmica da biblioteca, pouco alterando a sua atuação.

O quadro geral do desempenho da biblioteca escolar, até os dias de hoje, não evidenciou uma ruptura significativa com as concepções de ensino e de aprendizagem do passado, em que pese as mudanças teórico-metodológicas que o sistema de ensino do País vem adotando para a rede pública e privada.

5 A BASE LEGAL PARA A ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL

A institucionalização da BE no sistema de ensino fundamental, no Brasil, parece ter ocorrido muito mais em função de uma prática, consensualmente estabelecida entre governantes e dirigentes educacionais, do que por força de ato legal.

A busca da legislação sobre a criação e/ou implementação da BE, na escola elementar, primária, de primeiro grau e, atualmente, fundamental, desde os primórdios da sistematização do ensino, no País e no Rio Grande do Sul, até o presente, vem resultando quase infrutífera.

Do início do século, encontram-se documentos importantes para a história do ensino brasileiro, incluindo-se até textos legais referentes à criação e implantação de bibliotecas, mas apenas em escolas secundárias ou de ensino médio. Da mesma forma, a legislação educacional, no Rio Grande do Sul, não inclui dispositivo regulando a presença da biblioteca escolar nos estabelecimentos de ensino.

Mesmo o que é considerado como atos legais menores, tais como portarias e resoluções, têm sido elaborado em número muito pequeno e, mesmo assim, com finalidades muito específicas, mais voltadas para o desempenho da BE do que em relação à sua instalação.

Apesar desta carência de regulamentos específicos, por força da atuação de alguns segmentos do governo estadual, bem como entidades de classe e de profissionais da Área, no Art. 218 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 1989, p. 11) formaliza-se a existência do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares: "O Estado manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, cabendo-lhe fiscalizá-la."

Embora represente um avanço da classe bibliotecária no sentido de que a comunidade em geral e o governo, em particular, apóie a institucionalização da BE, este dispositivo é quase inócuo. Isto se deve ao fato de que, até o presente, não foi regulamentado por lei. Ou seja,

não há lei que regule a criação da BE no sistema de ensino e também o sistema em questão ainda não foi regulamentado. Portanto, a coordenação, criada junto à Secretaria de Estado da Educação, para dinamizá-lo, carece de base legal para garantir o seu desempenho (RIO GRANDE DO SUL, 1998).

Em relação ao País como um todo, o processo educacional brasileiro vem sofrendo, nos últimos cinco anos, significativa mudança em suas políticas governamentais. Estas mudanças podem ser identificadas nos propósitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), na edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) que explicitam as diretrizes governamentais que irão nortear o plano ou a proposta pedagógica do ensino nacional e nas Diretrizes Curriculares (DCs) (RIO GRANDE DO SUL, 1998) que os estados delinearão com o objetivo de adaptar às suas peculiaridades os postulados contidos nos PCNs e na própria LDB.

No que diz respeito à BE, no entanto, estes documentos legais não explicitam o que dela é esperado no processo de ensino e de aprendizagem, quer em teoria, quer em termos práticos. Ou seja, quais as funções que lhe cabe desempenhar e como realizar as ações decorrentes.

Apesar disto, vislumbra-se um certo suporte para a atuação da biblioteca escolar, no texto do Inciso IX do Art. 4. da LDB (BRASIL, 1996, p. 2), ao referir-se o mesmo acerca do dever do Estado em garantir "(...) padrões mínimos de qualidade de ensino, adquiridos com a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem."

Ora, se for entendido que *insumo* poderá significar todo e qualquer recurso que venha facilitar ou embasar o processo de ensino e de aprendizagem, então a BE, pelas suas finalidades, recursos e serviços, torna-se, efetivamente, o insumo indispensável do processo de ensino e de aprendizagem.

Em relação ao texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), cuja finalidade é servir como diretriz para os diferentes sistemas educacionais estaduais organizarem sua prática pedagógica, na escola fundamental, também não há menção explícita acerca do papel da BE no processo de ensino e de aprendizagem neste nível da educação básica.

Entretanto, novamente o desejo de ver estabelecida, através de um dispositivo legal, a presença da BE na escola fundamental, leva o estudioso da questão ao exame desses textos com maior atenção. Em

decorrência, pode-se entender que, ao explicitar tipos de investimentos a serem feitos, na busca pela qualidade do ensino e da aprendizagem, a menção à "(...) recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos." (BRASIL, 1996, p. 127), pressupõe a atuação da BE, entendida esta como um centro de informações multimídia ou centro de multimeios que deverá embasar todas as atividades escolares.

Da mesma forma, ao mencionarem os PCNs a necessidade de uma política educacional e destacando como um de seus aspectos

"(...) a organização de uma estrutura de apoio que favoreça o desenvolvimento do trabalho (acervo de livros e obras de referência (...) materiais didáticos, instalações adequadas para a realização de trabalho de qualidade, aspectos que sem dúvida implicam em valorização da atividade do professor (...)" (BRASIL, 1998, p. 127).

pode-se perceber as possibilidades da presença e da atuação da BE, na escola.

Quanto às diretrizes curriculares (DCs) elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, seu texto segue a mesma linha dos PCNs, inclusive no que se relaciona com a BE.

É possível que a falta de uma legislação que garanta a sua criação e implementação, no sistema de ensino público e privado seja um fator ponderável no quadro de desventura porque vem passando a biblioteca escolar no Brasil.

5 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA ESCOLA FUNDAMENTAL

A busca de obras sobre a(s) teoria(s) da pesquisa bibliográfica, aplicada ao ensino fundamental, bem como a função didático-pedagógica da BE, no processo inicial do ensino e da aprendizagem desta atividade revelou a inexistência de estudos, nesta área, no Brasil.

Assim, tendo em vista ampliar a visão teórica sobre o processo da pesquisa bibliográfica, buscou-se também a literatura sobre metodologia da pesquisa científica.

Autores como Eco (1995), Salvador (1970) e Triviños (1995) dentre outros, consideram a busca da fundamentação em fontes de informação como parte do processo de pesquisa científica. Tal atividade pode ser denominada pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura. Objetiva o levantamento, a busca e o tratamento de informações que irão permitir o embasamento teórico, histórico, crítico ou

outro do tema em estudo. Este poderá ser um problema de pesquisa ou um determinado conteúdo programático a ser desenvolvido em sala de aula.

Em relação às etapas que deverão ser cumpridas para a sua efetivação, Salvador (1970) destaca as seguintes:

- a) a escolha e delimitação do assunto;
- b) a escolha ou seleção das fontes de informação a serem consultadas;
- c) a compilação da bibliografia selecionada;
- d) a leitura com apontamentos (elaboração da ficha de apontamentos);
- e) a elaboração do texto;
- f) normalização do documento que contem o texto.

Os autores acima citam a biblioteca como o local onde obrigatoriamente deva ser realizada a pesquisa bibliográfica, enfatizando, inclusive, sua importância para o sucesso da atividade.

6 PESQUISAS SOBRE A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA ESCOLA FUNDAMENTAL

A escassa produção sobre este tema, tanto no Brasil como no exterior, foi um fato marcante na revisão desta literatura.

Como o foco principal foi o levantamento da literatura brasileira, com a finalidade de verificar o conhecimento produzido sobre a realidade nacional, buscou-se identificar as pesquisas realizadas, principalmente, junto aos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia ou Ciência da Informação.

Foi possível, desta forma, tomar conhecimento das dissertações e teses desses cursos desde seu início em 1970 até 1998.

Entretanto, são poucas as pesquisas sobre a BE e, menos ainda, sobre a pesquisa bibliográfica no ensino fundamental. Na tabela a seguir, verifica-se apenas uma ocorrência neste assunto. Trata-se de dissertação de mestrado, de autoria de Machado (1989). O problema de pesquisa abordou a prática da pesquisa bibliográfica dos estudantes de quinta a oitava séries (séries finais) do ensino fundamental, na biblioteca pública de Marília, SP. A autora destaca as dificuldades dos alunos e do pessoal da biblioteca pública para atenderem as solicitações dos professores e conclui que a pesquisa escolar ainda se constitui num problema a resolver.

A tabela também demonstra a freqüência dos assuntos gerais da produção dos cursos acima mencionados, permitindo estabelecer-se comparação entre os temas de interesse dos pesquisadores. Também evidencia a pouca atenção que a biblioteca escolar, enquanto tema ou problema de pesquisa, vem recebendo dos profissionais da Área, apesar da sua influência decisiva na formação (o melhor seria dizer, na educação) do leitor desde a sua infância. Este fato leva a pensar que esta biblioteca ainda não se transformou em dúvida ou preocupação maior dos pesquisadores brasileiros. Justifica este ponto de vista o fato de também no âmbito das pesquisas educacionais, nos últimos dez anos, ter havido apenas três pesquisas, todas realizadas nesta década, oriundas de programas de pós-graduação em Educação e todas concluídas nesta década cujo tema foi a BE.

TABELA - Assuntos Gerais das Dissertações e Teses Defendidas em Cursos de Mestrado e Doutorado em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação no Brasil, no Período de 1975-1998

ASSUNTOS GERAIS	F	%
Biblioteca Escolar	14	2,50
Biblioteca Pública	35	6,28
Biblioteca Universitária	34	6,00
Pesquisa bibliográfica na escola fundamental	1	0,18
Pesquisa bibliográfica	2	0,36
Outros	471	84,68
Total	556	100,00

Fonte: Listagens e Catálogos das dissertações e teses das Bibliotecas dos Cursos nas Universidades de: Brasília; Campinas; São Paulo; do Rio de Janeiro; Federal de Minas Gerais; Federal da Paraíba.

Em síntese, a análise do quadro referencial obtido, permitiu que ficasse evidenciada a pouca consistência da literatura teórica e metodológica sobre a biblioteca escolar. E, principalmente, sobre a função pedagógica que, prioritariamente, ela deverá exercer na escola, particularmente, no que se refere à pesquisa bibliográfica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade da Educação é a evolução ou o crescimento contínuo do Homem, promovidos através do processo de ensino e de aprendizagem.

A história da Educação vem registrando experiências e pesquisas de educadores de todo o mundo, realizadas com a finalidade de melhor conhecer e detectar as necessidades de aprendizagem do ser humano.

Desta forma, progressivamente, a organização da educação escolar vem enfatizando determinados aspectos a serem desenvolvidos a cada fase da vida do educando. Assim, na primeira infância, o processo de ensino e de aprendizagem se volta mais para o que é entendido como educação motora, ou melhor, a educação do corpo, a harmonização espacial e social. O ensino fundamental busca o desenvolvimento da inteligência objetiva do aluno, evoluindo em direção ao desenvolvimento da capacidade intelectual do alunado.

O avanço da Ciência e da Tecnologia, a globalização da Economia e as múltiplas formas de acesso à informação evidenciam a urgência de uma metodologia de ensino e de aprendizagem que dê ênfase especial à iniciativa do aluno; que atribua ao professor a função precípua de orientador do processo de aprendizagem, a fim de que o aluno encontre individualmente, ou em grupo, as respostas às questões, aos desafios propostos hoje, na escola, a título de simulação e, amanhã, na Vida, como problemas a serem resolvidos.

Assim, as atividades a serem realizadas por professores e alunos extrapolarão o espaço físico da sala de aula, estendendo-se, naturalmente, à biblioteca escolar, aos laboratórios de ensino, às quadras de esporte, a outros espaços culturais da comunidade, como um todo.

Neste sentido, entende-se que a escolarização da criança e do jovem, a partir do uso de métodos e recursos de ensino atualizados e diversificados, deverá ser vista muito mais como aprendizagem do que como ensino pois, a primeira depende muito mais da própria atividade orientada de quem está aprendendo do que das habilidades do professor. Sem a participação com motivação, por parte do aluno, neste processo, nenhum método educacional terá sucesso.

Uma tal visão do processo de ensino e de aprendizagem vai ao encontro de uma concepção de educação integral, crítica e criativa, voltada para um processo de crescimento em que cada participante, isto é, o aluno, seja, ao mesmo tempo, educando e educador, em

busca do desvelamento da realidade heterogênea, vivida na sociedade de classes, possibilitando que cada elemento da comunidade escolar possa assumir o seu lugar nessa mesma sociedade, a fim de contribuir para transformar ou para melhorar o ambiente a seu redor.

Neste sentido, a pesquisa escolar poderá se constituir em uma das melhores estratégias para favorecer o processo de aprendizagem do aluno pelo próprio aluno. Esta prática envolve, basicamente, atividades de leitura e de escrita, exigindo porém de seu agente processos de pensamento mais elaborados que superem a mera decodificação do sistema verbal ou a transcrição de textos. Pode ser considerada como um ato subjetivo e, por isso, propicia ao seu executor desencadear em si o processo de auto-aprendizagem. Cabe a ele ler, selecionar, decidir, organizar as idéias absorvidas por meio da leitura e as suas próprias e condensar o resultado dessas leituras, das reflexões, dos debates e das conclusões em um texto coerente (verbal ou escrito) que sintetize e harmonize, ou não, suas idéias com as dos autores escolhidos para serem estudados.

Entretanto, devido à sua complexidade, esta prática deverá ser adotada pelo professor e acompanhada pelo bibliotecário com o cuidado e a atenção necessários, devendo o aluno ser preparado, ou melhor, ensinado, passo a passo, previamente, para poder realizá-la satisfatoriamente. O processo de ensino e de aprendizagem da pesquisa escolar deverá levar em consideração, tanto o desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita em diferentes níveis, como, por exemplo, o que é recomendado por Adler; Doren (1972), isto é: leitura elementar, inspeccional, analítica e sintópica, quanto o conhecimento, o cumprimento e o acompanhamento de suas etapas de execução pelo professor e pelo bibliotecário, de acordo com o recomendado pela metodologia da pesquisa bibliográfica e por Marquis (1996).

O quadro acima retratado deveria se constituir na realidade de cada escola que desenvolvesse esta atividade.

A investigação realizada junto às escolas fundamentais de Porto Alegre, RS, buscou reunir informações sobre a forma como está sendo tratada, em sala de aula, a questão da pesquisa bibliográfica; de como os alunos a praticam; qual a atuação da biblioteca escolar nesse processo e que significados e resultados desta prática estão sendo atribuídos e obtidos ao/no contexto educacional e social.

Serviram de ponto de partida para as observações e entrevistas, realizadas em sala de aula e na biblioteca escolar, junto a professores, alunos e bibliotecários, questões sobre como a pesquisa bibliográfica é proposta ao aluno pelo professor; como se realizam, na biblioteca es-

colar, as atividades específicas para a execução da pesquisa bibliográfica; como é atendido pela equipe da biblioteca; o quê e como o aluno lê, escreve e discute com seus colegas e com o pessoal da biblioteca.

As informações obtidas evidenciam situações que, do ponto de vista do processo pedagógico e biblioteconômico, estão em descompasso com o que a teoria de ambas as áreas propõe para que ocorra o sucesso de uma aprendizagem voltada para o aprender a aprender.

Se a prática da pesquisa bibliográfica destes últimos vinte e sete anos desde a implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5692/71) não vem contribuindo para que o aluno da escola fundamental desenvolva competências para a busca independente de informações, como estratégia para a aprendizagem formal e informal, então esta prática necessita ser repensada.

Esse repensar deverá, por sua vez, envolver todos os atores do processo: professores, bibliotecários, alunos e pais. Nesse sentido, são aspectos que poderiam se constituir em pontos para a reflexão conjunta da comunidade escolar:

- a) o desenvolvimento do gosto pela investigação parece estar diretamente relacionado com o desenvolvimento do gosto pela descoberta, pela busca de informações, por meio da pesquisa direta (dos fatos e/ou da natureza) e indireta (através das fontes de informação) Tais atos deverão ser resultados da ação professoral na condução de uma dinâmica de sala de aula que privilegie a criatividade e não a rotina;
- b) a prática da pesquisa bibliográfica se constitui num dos principais procedimentos pedagógicos para desenvolver no aluno o gosto e as competências para ler e extrair informações com a finalidade de resolução de problemas;
- c) a pesquisa bibliográfica se caracteriza como uma atividade que pode cumprir funções:
 - *motivadoras*, porque, se bem conduzida, respeitados os níveis de desenvolvimento psíquico e cognitivo do aluno, poderá estimulá-lo a ver, no processo de busca de informações, uma atraente maneira de resolver problemas e da qual poderá se utilizar em qualquer momento de sua existência;
 - *socializadoras*, porque favorece a interação pessoal do aluno com seus colegas e, também, com outros segmentos da comunidade escolar e/ou fora dela, bem com outros espaços de saber, além da sala de aula, tais como: a biblioteca escolar, a biblioteca pública, os museus e outros;

- *integradoras*, porque oferece condições para que o aluno, no decorrer da atividade de leitura, de reflexão e de redação, integre diferentes noções, habilidades e/ou conhecimentos oriundos dos diferentes campos do conhecimento, previstos no currículo que lhe é oferecido. Pelo menos Língua Portuguesa (através da leitura, da redação e da gramática), Artes Aplicadas e o assunto específico da questão de pesquisa (História, Geografia, Botânica ou outros) se integram, no momento em que são cumpridas as etapas da pesquisa bibliográfica, na biblioteca;
- d) a qualidade dos recursos e dos serviços, oferecidos pela BE, particularmente, aqueles, voltados ao ensino do uso da biblioteca e do uso das fontes de informação à comunidade escolar, repercute no sucesso do desenvolvimento pelo aluno das habilidades necessárias à pesquisa bibliográfica;
- e) os aspectos afetivos do processo de interação entre professores, alunos e pessoal da biblioteca, quando se iniciam as ações do processo de pesquisa bibliográfica, nas classes de quarta série, deverão ser levados em consideração, quando do planejamento conjunto desta atividade pelo professor e pelo bibliotecário;
- f) a atividade de pesquisa bibliográfica que é realizada, atualmente, nas escolas fundamentais de Porto Alegre, RS, pelas características do desempenho de professores, pessoal da BE e alunos e pelos objetivos pretendidos pode ser denominada de pesquisa escolar, embora não seja cumprida em todas as suas etapas. Porém, embasada nos pressupostos do método científico, ao ser desenvolvida em sua totalidade, poderá assumir as características de método e de procedimento pedagógico, de estratégia de ensino e de aprendizagem. E, assim, ao término dos estudos formais, o indivíduo poderá utilizar as habilidades adquiridas como ferramenta ou recurso pessoal para o exercício desta prática, no processo pessoal de educação continuada.

Em decorrência, pergunta-se:

- É possível mudar o quadro atual da prática da pesquisa?
- Em que sentido?
- Como?

Embora a literatura consultada até o momento não seja farta em teoria ou experiências sobre o assunto, acredita-se que seja possível

mudar esta prática, começando com a melhoria da interação sala de aula e biblioteca.

Ao professor, deverão ser disponibilizadas pela BE todas as informações e recursos pedagógicos para a facilitação do ensino e da aprendizagem, no sentido do desenvolvimento, nos alunos, das competências cognitivas, afetivas e motoras para a leitura e para a escrita. O professor, por sua vez, informará e planejará com a BE as atividades que envolverão toda e qualquer busca e uso de informação.

Desta forma, os benefícios da pesquisa bibliográfica serão bem mais amplos e duradouros, se o aluno, desde a sala de aula, receber uma atenção mais específica para o exercício desta atividade, atenção esta que terá seu complemento, através do atendimento também específico que lhe será oferecido, no ato da pesquisa pela BE.

A viabilização destas mudanças poderá ser alcançada a partir de um programa de estudos que reúna professores, alunos, pessoal da biblioteca e pais. O conjunto de conhecimentos e práticas que poderá ser desenvolvido, através desse programa de estudos, terá como finalidade mudar atitudes e comportamentos, atualizar e introduzir novos conhecimentos em relação à prática da pesquisa escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ADLER, Mortimer J.; DOREN, Charles van. *Como Ler um Livro*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- 2 AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. *Normas para las bibliotecas escolares*. Washington: Unión Panamericana, 1963.
- 3 AZEVEDO, Fernando de. *Cultura Brasileira*. Brasília, D. F.: Ed. UnB, 1964.
- 4 BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- 5 _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF, 1997. v. 1: Introdução.
- 6 CERDEIRA, Theodolindo. A Biblioteca Escolar no Planejamento Educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 8., 1975, Brasília, DF. *Anais...* Brasília: [s.n.], 1975.

- 7 DAVIES, Ruth Ann. *La biblioteca escolar: propulsora de la educación*. Buenos Aires: Bowker, 1974.
- 8 FERREIRA, Carminda de Castro Nogueira. Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 9-15, abr./jun. 1978.
- 9 FONSECA, Edson Nery da. Importância da Biblioteca nos Programas de Alfabetização e Educação de Base. In: _____. *Problemas Brasileiros de Documentação*. Brasília: IBICT, 1988. p. 129-138.
- 10 GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- 11 _____. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, 1995.
- 12 HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- 13 HERRING, James E. *School Librarianship*. 2nd.ed. London: C. Bingley, 1988.
- 14 LITTON, Gaston. *Bibliotecas escolares*. Buenos Aires: Bowker, 1974.
- 15 LOURENÇO FILHO, M. B. *O Ensino e a Biblioteca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- 16 MACHADO, Ana Maria Nogueira. *Pesquisa Escolar: uma questão para resolver*. Campinas, 1989. Diss. (mestrado)-PUCCAMP, 1989.
- 17 MARQUIS, Luce. Apprendre à s'informer. In: BUTLEN, Max *et al. Savoir lire avec les BCD*. Créteil: CRDP, 1996.
- 18 MILANESI, Luís. *A Casa da Invenção: biblioteca, centro de cultura*. 3.ed. ver. ampl. São Paulo: Ateliê, 1997.
- 19 _____. *O que é Biblioteca*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 20 _____. *Ordenar para Desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 21 MORALES CAMPOS, Estela. La biblioteca del futuro. In: *LA BIBLIOTECA del futuro*. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México, Dirección General de Bibliotecas, 1996. p. 30-44; 67-9.
- 22 MOREIRA, Marco Antônio. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: E.P.U., 1999.

- 23 NISKIER, Arnaldo. *LDB: a nova lei da educação*. 5.ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- 24 RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. *Diário Oficial* [do Estado do Rio Grande do Sul], Porto Alegre, 4 out. 1989.
- 25 _____. Secretaria da Educação. Departamento Pedagógico. *Padrão Referencial de Currículo: 1. Versão: documento introdutório: ensino fundamental*. Porto Alegre, 1995-1998.
- 26 _____. Secretaria da Educação. Departamento Pedagógico. Centro do Livro e Bibliotecas Escolares. *Bibliotecas Escolares: Sistema Estadual*. [Porto Alegre, 1999]
- 27 _____. *Número de Escolas por Delegacia de Educação*. [Porto Alegre, 1998]
- 28 RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias de Comunicação: a questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.
- 29 SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, c1970.
- 30 SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura na Escola e na Biblioteca*. 4.ed. Campinas: Papirus, 1993.
- 31 SILVA, Waldeck Carneiro. *Miséria da Biblioteca Escolar*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- 32 TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.
- 33 UNESCO. Biblioteca Escolar e Centro de Pesquisa: esboço do Manifesto da Unesco. *APB Circular*, São Paulo, n. 2, p. 2-3, set. 1998.